



PARA ALÉM DA IMAGINAÇÃO: NAÇÃO, RAÇA E GÊNERO E A HELENA DE “VIVER A VIDA”¹

*Cristiane Santos Souza*²

*Carlos Eduardo Henning*³

*Fabiana Mendes de Souza*⁴

RESUMO

Neste artigo procuramos levar em consideração reflexões frente à interligação de alguns complexos campos de estudo: o campo de estudos sobre nação/nacionalismo, raça/racismo, as políticas de identidade e os estudos de gênero. Essa análise interligada procurou se realizar a partir, principalmente, de um olhar voltado para algumas personagens negras e femininas selecionadas de distintas telenovelas brasileiras, interpretadas pela atriz Taís Araújo. Através da análise de suas protagonistas e de uma simbolicamente forte cena de agressão perpetrada por uma mulher branca contra uma mulher negra (a Helena da novela "Viver a Vida", da Rede Globo de Televisão). A partir dessa cena, assim como da análise de outras duas protagonistas interpretadas por Taís Araújo, procuramos propor algumas interpretações através da abordagem de importantes debates que recortam as ideias de nação, "raça" e gênero.

Palavras-Chave: Raça, Gênero, Identidade, Nação e Novelas.

BEYOND IMAGINATION: NATION, RACE AND GENDER AND HELEN OF "LIVING THE LIFE"

ABSTRACT

In this article we take into account some thinking ahead to the interconnection of some complex fields of study: the field of studies on nation/nationalism, race/racism, identity politics and gender studies. This interconnected analysis has sought to accomplish from mainly a look turned to some black and female characters selected from different Brazilian soap operas and performed by actress

¹ A versão ampliada desse texto foi apresentada como trabalho final da disciplina "Debates Antropológicos II", ministrada pela Prof.^a Dr.^a Bela Feldman-Bianco, durante o segundo semestre de 2009.

² Doutoranda em Antropologia Social pela UNICAMP.

³ Doutorando em Antropologia Social na UNICAMP. Mestre em Antropologia Social pela UFSC (2008). Graduado em Geografia pela UDESC (2005). Atualmente é visiting scholar no Latin American and Latino Studies Department (LALS) na University of California at Santa Cruz.

⁴ Graduação em Ciências Sociais pela UNICAMP. Mestre em Antropologia Social pela UNICAMP. Doutoranda em Antropologia Social pela UNICAMP.



Tais Araujo. Through the analysis of hers protagonists and a strong symbolic scene of aggression perpetrated by a white woman against a black woman (the Helena from the soap opera "Living Life" from Globo TV). From this scene, as well as analysis of other two protagonists played by Tais Araujo, we propose some interpretations through the approach of some important debates either cut out the ideas of nation, 'race' and gender.

Keywords: Race, Gender, Identity, Nation and Soap Opera

AU-DELÀ DE L'IMAGINATION: NATION, RACE ET GENRE ET L' HÉLÈNE DE "VIVRE LA VIE"

RÉSUMÉ

Dans cet article nous considérons certains penser à l'avenir à l'interconnexion de certains complexes domaines de l'étude: le champ des études sur la nation / nationalisme, la race / le racisme, la politique identitaire et les études de genre. Cette analyse a cherché à accomplir interconnecté à partir abord un regard en arrière à certains caractères noirs et des femmes choisis parmi différents feuilletons brésiliens et interprété par l'actrice Tais Araujo. A travers l'analyse de ses protagonistes et une scène symbolique fort de l'agression perpétrée par une femme blanche contre une femme noire (roman Helena "Vivre la Vie" de TV Globo). De cette scène, ainsi que l'analyse des deux autres protagonistes joués par Tais Araujo, nous proposons quelques interprétations en abordant certains débats importants, soit découper les idées de nation, la «race» et de genre.

Mots-clés: Race, Genre, l'identité, Nation et Romans.

A feitura deste ensaio procurou levar em consideração algumas reflexões frente à interligação de complexos campos de estudo, cada qual com produções acadêmicas já bastante prolíficas e alvo de profundos debates; centralmente: o campo de estudos sobre nação/nacionalismo, raça/racismo, políticas de identidade e os estudos de gênero. Essa análise interligada buscou se realizar a partir, principalmente, de um olhar voltado para algumas personagens negras e femininas selecionadas de distintas telenovelas brasileiras. Inicialmente, nosso interesse por essa conexão entre campos partiu de uma polêmica (e simbolicamente forte) cena de novela em que ocorre a agressão de uma mulher negra – a protagonista “Helena” – por uma mulher branca, cena essa veiculada pela Rede Globo de televisão na noite de 16 de novembro de 2009, em plena Semana da Consciência Negra. Como se verá no transcorrer do ensaio, a cena presente na novela “Viver a Vida” criada pelo popular autor Manoel Carlos causou revolta em alguns setores do movimento negro. E, por reencenar relações raciais de poder classicamente assimétricas no Brasil, nos interessou primeiramente invocar a partir daí um debate já extenso e antigo (e que tem sido continuamente reanimado nas últimas décadas) sobre as distintas maneiras pelas quais os temas da “raça”, do racismo, da miscigenação, das relações de gênero, etc. se entrelaçam nas formas discursivas de constituição da nação.

Nesse caso, refletindo em tramas e personagens novelísticos de forma a que estes produtos culturais também reafirmassem e reforçassem determinadas visões hegemônicas de nação. Sendo as-



sim, nosso recorte empírico enfoca as protagonistas de telenovelas encenadas pela atriz Taís Araújo (a impopular intérprete da “Helena” que é agredida) de forma a lançar um olhar não apenas sobre a forma como as mulheres negras tendem a ser representadas na televisão brasileira, mas também a traçar um olhar para as maneiras pelas quais essas representações se entrelaçam com os discursos históricos vigentes acerca da formação da nação brasileira.

Considerando esses fatores, uma investigação das disputas pela imaginação da nação a partir dos discursos provenientes de telenovelas, ainda mais partindo das novelas do já referido Manoel Carlos, é algo especialmente produtivo, entre outras razões, pelo fato do universo retratado em seus enredos ser notoriamente vinculado a uma representação bastante particular de um Brasil espelhado unicamente através do Rio de Janeiro. Certas lógicas de sociabilidades, dos usos do espaço urbano e das configurações de vida socioeconômica tidas como características de um bairro carioca delimitado (o Leblon) tendem a ser expressas e entendidas como próprias da capital fluminense como um todo, bem como expressarem um projeto de brasilidade.

Algo relevante é o fato de que cidades como Rio de Janeiro e São Paulo (esta última figurando um contraponto positivado de uma nação pensada para o trabalho, que alimenta o progresso e o desenvolvimento – da grandiosidade dos arranha-céus, da cultura do “refinamento”, do cosmopolitismo e de múltiplas identidades), bastante expressivas quanto à economia e à produção cultural nacional, são centrais nos jogos que determinam visões hegemônicas sobre a nação. Sendo assim, os rumos tomados pela imaginação da vida cidadina dessas capitais - questão que está em jogo nas tramas das telenovelas analisadas - acaba por afetar, sensivelmente e de várias formas, a imaginação da nação brasileira. Ademais, merece destaque aqui o fato de que em muitos outros lugares do país as pessoas, muitas vezes parecem querer e afirmar conhecer mais as histórias, ruas, esquinas e lugares de São Paulo e do Rio de Janeiro do que de suas próprias cidades, constituindo-se, para muitos ainda, uma imagem desejada e um sonho a ser alcançado; lugares que simbolicamente representam a “vitória”, principalmente para pessoas oriundas dos estados do Norte e Nordeste brasileiros – estes que simbolicamente tendem a compor os cenários de “atraso” e, quando muito, de exotização e erotização nas telenovelas globais.

Saindo, porém, da especificidade do peso simbólico do Rio de Janeiro e São Paulo na construção de um ideário de nação e voltando ao debate sobre os discursos historicamente hegemônicos sobre a formação da nação brasileira, como analisaremos *a posteriori*, estes envolvem, entre outras questões, ideias como a da valorização do “fator miscigenação” e da “democracia racial” no apaziguamento das “hipotéticas” fricções raciais no país.

Uma de nossas hipóteses é a de que há uma vigência nas tramas de boa parte das telenovelas contemporâneas e em certas narrativas correntes em setores da intelectualidade de elite do Brasil daquilo que Angela Gilliam (2000, p. 101) chamou de “Daltonismo Talismânico”, ou seja, uma espécie



de posição segundo a qual se afirma que “só os racistas reparam na raça” e cuja tendência seria a de evitar cuidadosamente “qualquer menção à raça”, e em relação a isso é interessante notar que o próprio Manoel Carlos afirmou que a personagem de Taís Araújo era “apenas uma mulher”, ou seja, sem menções a marcadores raciais. Segundo Gilliam, esse Daltonismo Talismânico surgiria em um contexto de ataques neoliberais às conquistas da *affirmative action* nos Estados Unidos e tenderia, segundo vários estudos localizados, a se espalhar pelo mundo com maior intensidade a partir do processo de “globalização”, o que ocorreria também no caso brasileiro⁵. Assim, para a autora essa “noção de neutralidade racial e o ideal de uma sociedade na qual a diferença não seja notada são o esquema de articulação dos novos valores racistas. [E o que tornaria] esse esquema tão insidioso é que a neutralidade racial e o ‘não assinalar’ da etnicidade parecem com o pensamento positivo acerca da raça” (GILLIAM, 2000, p. 81-82)⁶.

Dessa forma entramos no acirrado debate atual sobre miscigenação e os modelos raciais em voga no Brasil, quando comparados principalmente aos modelos estadunidense e sul-africano. Nesse mesmo artigo, Gilliam faz um levantamento do debate sobre os modelos de análise vigentes quanto às relações raciais no Brasil – modelo bipolar (brancos x negros) e modelo multipolar (brancos, morenos, mestiços, mulatos, etc.) – e embora demonstre que nenhum dos modelos está a salvo de problemas, o centro de sua crítica está no questionamento das visões sustentadas pela internacionalização do “Daltonismo Talismânico” (nesse caso no Brasil). Visões essas interligadas aos discursos que defendem vigorosamente o modelo multipolar (e o mito freiriano da democracia racial), os quais acabam por ignorar conscientemente experiências sociais de discriminação racial e as reivindicações políticas legítimas que partem do modelo bipolar, o que provocaria um novo silenciamento e ignorância quanto à experiência cotidiana de práticas racializadas e do sofrimento de uma importante parcela da população negra, mestiça, etc. do país⁷.

⁵Embora em um contexto social e histórico distinto, uma vez que Gilliam (2000) analisa que enquanto nos EUA as políticas de *affirmative action* estavam sendo dilapidadas pelas políticas neoliberais, no Brasil a situação era distinta, pois era através de políticas e governos neoliberais que as ações afirmativas estavam sendo inicialmente implementadas. Essa inusitada questão mobilizou a investigação da autora.

⁶Segundo ela, uma apropriação manipuladora e perversa feita inicialmente por setores conservadores estadunidenses da proposta de daltonismo social de Martin Luther King Jr.

⁷Considerando esses fatores, Angela Gilliam demonstra que alguns autores os quais chama de “neo-freirianos” (por defenderem aguerridamente a ideia do modelo multipolar e da “democracia racial”) como, por exemplo, Peter Fry e Lívio Sansone, entre outros, utilizam como recurso de deslegitimação dos defensores no Brasil do modelo bipolar a noção de que esses “bipolaristas” seriam influenciados por pesquisadores estrangeiros (centralmente estadunidenses) os quais estariam guiados por esquemas analíticos alienígenas e também



As questões apresentadas por Gilliam vão ao encontro de nossas preocupações em dar espaço para a interpretação de narrativas não hegemônicas sobre a concepção de nação interligada à experiência das relações raciais, interétnicas, de gênero e de classe no contexto brasileiro, narrativas que deem margem para a construção de outras representações sociais, que não calem à força aquelas e aqueles que ousem dizer, por exemplo, que não vivem cotidianamente uma experiência de “democracia racial”.

Nosso trabalho corrobora com a ideia de que há décadas está em disputa a imaginação da nação brasileira, através de polêmicas profundas e muitas vezes furiosas, entretanto, pensamos que muito além da imaginação da nação (o que poderia parecer algo um tanto abstrato, teórico, distante), há outras disputas – nas entrelinhas, sendo, porém, muito concretas – que estão em jogo quando se discute a existência ou não de um “paraíso racial nacional” no Brasil. Quando esse debate é levantado, torna-se importante ter em mente as consequências trazidas pela produção (ou desmonte) das políticas públicas que alteram materialmente a realidade social e podem auxiliar em uma participação mais efetiva de negras e negros (e de inúmeros outros sujeitos subalternizados) nos espaços de poder da sociedade, assim como no acesso aos bens sociais e culturais produzidos historicamente em um determinado contexto nacional.

Por fim, apresentadas basicamente as questões que permeiam nosso ensaio, é importante agora expor sua estrutura, a qual se divide em duas grandes partes: a primeira concentra um diálogo com o debate de vários autores sobre nacionalismo/nação/modernidade entrecruzado pela questão conceitual acerca da raça/racismo, assim como o peso dos estereótipos na caracterização da discriminação racial no contexto brasileiro e sua produção e reprodução pelos meios de comunicação. Já a segunda parte, se inicia com uma análise mais esmiuçada da citada, polêmica, cena de violência entre duas mulheres na telenovela “Viver a Vida” da Rede Globo de Televisão. A partir dessa análise, a ideia é lançar um olhar sobre outras personagens telenovelísticas de forma a indicar que o debate de longa data sobre questões como raça, racismo, miscigenação, “democracia racial”, etc. está expresso, refletido e em alguns casos reforçado através de tramas e personagens, auxiliando na renovação de determinadas concepções e ideologias nacionais. Pretendemos revelar como a construção das tramas novelísticas,

não conheceriam suficientemente a realidade brasileira. Entretanto, Gilliam (2000, p. 100), astutamente devolve o argumento, desta vez direcionado a Fry e a Sansone (ambos europeus, o primeiro inglês e o segundo italiano) e perguntando: “Haverá uma relação entre a posição pessoal de Sansone – ou a de Fry – como homens europeus e o forte apoio à análise multipolar?”. Sua argumentação demonstra, assim, que o mesmo questionamento deslegitimador poderia ser utilizado contra alguns expoentes da defesa do modelo “multipolar”, embora ela pessoalmente não corrobore da opinião de que é necessário ser de tal nacionalidade ou ter décadas de vivência em um determinado país para “conhecer de fato” uma realidade nacional.



assim como a produção de seus discursos evidencia um imaginário de nação que é cotidianamente compartilhado.

I - A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

A “nação” como tema de análise é uma questão em debate há tempo considerável, surgindo como preocupação em diversas correntes do pensamento político e social. Ademais, articula outras noções, experiências e processos históricos diversos, no caso do Brasil, poderíamos citar, ao menos, raça, gênero e classe. Com o intuito de embasar nossa análise torna-se necessário nesse momento, apresentar alguns pontos relevantes das formulações acadêmicas sobre nacionalismo e nação e a produção de discursos, que no mundo contemporâneo tem como fonte crucial de divulgação os meios de comunicação de massa.

A partir do século XIX a ideia de “nação” passa a ser objeto sistemático de elaboração. Os primeiros debates giravam entorno da preocupação com a suposta natureza moral da “nação”. Essa orientação modifica-se na virada do século XX com a perspectiva de pensar e estabelecer uma noção operacional de “nação” que pudesse estabelecer quais sociedades estariam aptas a lograr essa qualificação. De fato, a valorização que se consolidou quanto à ideia de “nação” foi drasticamente abalada com a experiência da Segunda Guerra Mundial, mediante as pretensões territoriais e políticas do nazismo na Alemanha. E, já durante a guerra, as práticas de extermínio em massa e o deslocamento forçado de populações foram justificadas, dentre outros fatores, com base em princípios nacionalistas⁸. Muitos estudos vão desta forma elaborar novas reflexões frente às concepções vigentes de nacionalismo liberal⁹.

Um dos teóricos fundamentais na reflexão sobre os processos de construção da ideia de “nação” é Edward Said (2007 [1978]). Ele se debruçou sobre as formas discursivas pelas quais a Europa constituiu, ou em outras palavras, inventou o “Oriente”,¹⁰ em relação ao que é considerado “Ocidente” e “ocidental”. Essa invenção do oriente foi impressa sob as marcas do exotismo e da inferioridade do “outro” e do diferente. Em seus estudos sobre o continente africano Anthony Appiah (1993) recupera as reflexões de Said para pensar os discursos produzidos sobre “A invenção da África”. Ao questionar a ideia abstrata da existência de uma África única e homogênea, Appiah formula seus argumentos

⁸Figueiredo (2008).

⁹Edgar & Sedgwick (2003, p. 227) afirmam que vários autores do campo de estudos sobre nação e nacionalismo citam as datas da Declaração de independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789) como marcos do início do nacionalismo.

¹⁰Said (2007 [1978]).



tecendo críticas ao essencialismo presente na noção de cultura (herdeira das perspectivas formuladas pela escola norte-americana de ascendência boasiana), que surge como um substituto à noção de raça. Esse autor sinaliza ainda para a forma como essa noção foi operada como uma argamassa na construção de uma identidade comum para o continente africano¹¹. Neste caminho, dedica-se a desconstruir qualquer possível alegação da existência efetiva de raças humanas (desconstrução que era, embora em termos e propósitos distintos, também um empreendimento boasiano).

Giralda Seyferth (1995), por sua vez, reflete sobre os processos de construção da nação brasileira e sua relação com a questão da “raça” e acentua que esta noção tem múltiplos conteúdos que, num contínuo, se deslocam da ciência à ideologia. Ainda neste caminho, a autora destaca que: “Produzidas por cientistas ou imaginadas pelo senso comum, as taxonomias raciais têm alto grau de arbítrio, pois implicam em seleção ou escolha das características que servem de base para a construção de esquemas classificatórios” (SEYFERTH, 1995, p. 175). Neste processo de classificação, as características físicas vão sendo identificadas e selecionadas entre os grupos humanos e, a partir delas, são produzidas as hierarquias e desigualdades (SEYFERTH, 1995, p. 199).¹²

Em grande medida, levando em consideração autores mais proeminentes no debate contemporâneo sobre a noção de “raça”, há um consenso acerca da inexistência de raças humanas analisadas em termos biológicos, assim como sobre a plasticidade, a multiplicidade e a característica situacional das identidades sociais e raciais no mundo moderno. Porém, a ideia de raça ainda tende a permanecer como um marcador fundamental – uma vez levados em consideração, entre outros fatores, a subsistência de práticas sociais racializadas – que influencia a produção do ideário de “nação” moderna.

Anderson (1989, p. 14-16), em suas formulações, define “nação” como uma “comunidade política imaginada”, essencialmente limitada e soberana, que para se perpetuar requer o estabelecimento objetivo de seus limites políticos e de suas fronteiras. Essa comunidade imaginada construída (não existe para ele um caráter nacional imanente) necessita forjar e sustentar um repertório compar-

¹¹Este questionamento acerca da raça como marcador para a configuração de uma suposta identidade africana pode ser também transposto para pensarmos o processo de constituição e consolidação da nação brasileira, sendo que, neste caso, se partiria da “fábula das três raças” como espécie de mito fundador.

¹²Neste trabalho Seyferth apresenta um quadro geral sobre os esquemas que compõem o processo de “invenção da raça” e também os estereótipos que operam enquanto esquemas discursivos que alimentam, reafirmam e reforçam o racismo. “As crenças que levaram à afirmação da superioridade dos brancos e da determinação biológica da capacidade civilizadora, estão profundamente arraigadas no pensamento ocidental, por mais que a ciência do século XX tenha procurado destruí-las” (SEYFERTH, 1995, p. 178). Ao se debruçar, criticamente, sobre a realidade das relações raciais no Brasil, ela elenca uma série de anedotas e piadas depreciativas correntes que operam com a ideia de diferenciação, hierarquia e inferioridade dos negros e mestiços em relação aos brancos na sociedade brasileira.



tilhado (cultural ou histórico) que tenha o poder de conectar as pessoas, produzindo entre elas um sentimento e uma identidade comum em termos “nacionais”. Essa unidade é forjada a partir da seleção (de forma arbitrária) de alguns dentre os muitos elementos que compõem um repertório mais geral, enquanto outros aspectos são deixados em segundo plano, invisibilizados, silenciados e, em algumas situações, distorcidos. O conjunto selecionado, a partir de processos persuasivos continuamente reafirmados, deve ser aceito pelos membros da “nação”, de modo a que se reforce e legitime a existência de uma comunidade imaginada. De fato, a preocupação de Anderson persiste em esboçar os meios pelos quais são oferecidas, elegidas e produzidas as referências que os indivíduos utilizam para se identificar, passando assim a reconhecer uns aos outros como integrantes de um mesmo projeto compartilhado: de uma mesma “nação”. O nacionalismo, dessa forma, inventaria a “nação”, a qual não seria muito mais que um recurso de distinção entre grupos sociais¹³.

Prosseguindo nesse percurso de olhares conceituais, Bhabha (2003) nos leva a pensar a “nação” como um fenômeno marcado por um tempo e uma narrativa não linear, mas constituído por disjunções, na qual as pessoas e os grupos sociais ocupam posições e movimentações contextuais e situacionais que produzem diferentes experiências e discursos sociais. Tendo como referência sua experiência de migração, Bhabha (2003), conduz seu percurso analítico à luz da dispersão de vários povos que, inserindo-se em outros tempos, lugares, nas nações “dos outros”, se transformam em “tempo de reunião” (Bhabha, 2003: 198-199)¹⁴. Bhabha prossegue em suas reflexões sobre o nacionalismo, opondo à certeza e à natureza estável do conceito, uma forma obscura de viver a “localidade

¹³Partha Chatterjee (2004), antropólogo indiano, tece críticas às formulações de Anderson, especialmente à ideia do “espaço-tempo vazio da modernidade”, que constitui de forma linear e unilateral o espaço-tempo da vida moderna. “O tempo homogêneo vazio é o tempo utópico do capital. Ele conecta linearmente passado, presente e futuro, criando a possibilidade de todas aquelas imagens historicistas de identidade, nacionalidade, progresso e assim por diante, que Anderson, entre muitos outros, tornou familiares a nós. Mas o tempo homogêneo vazio não está localizado em nenhum lugar do espaço real – ele é utópico. O espaço real da vida moderna consiste da heterotopia (...). O tempo aqui é heterogêneo, irregular e denso. Aqui, mesmo os operários industriais não internalizam todos a disciplina de trabalho do capitalismo, e, mais curiosamente, mesmo quando o fazem, não o fazem da mesma maneira. A política aqui não significa a mesma coisa para todas as pessoas. Ignorar isto, eu creio, é descartar o real em favor do utópico” (p. 73). Chatterjee observa na formulação de Anderson sobre a construção da nação moderna aprisionada no historicismo a inviabilidade das resistências, pois quando algum impedimento aparece ao livre movimento do capital é como se fosse um outro tempo, algo pré-existente, que pertence ao “pré-moderno”, algo que pertence ao passado da humanidade, que as pessoas deveriam ter deixado para trás mas que de alguma forma não deixaram.

¹⁴Em consonância com suas ideias, ele evoca para este debate Eric Hobsbawm, autor que escreve a história da nação no ocidente moderno sob a perspectiva das margens e do exílio de imigrantes/emigrantes Hobsbawm inspira os teóricos das margens, por assim



da cultura”. Para o autor, entretanto, a construção cultural da nacionalidade como uma forma de afiliação social e textual não nega a essas categorias suas historicidades específicas e significados particulares dentro de linguagens políticas diferentes. Suas preocupações estão em formular estratégias complexas de identificação cultural e de interpelação discursiva que funcionam em nome do “povo” ou da “nação” e os tornam sujeitos imanentes e objetos de uma série de narrativas sociais.

Neste debate vale sublinhar as contribuições de Stuart Hall (2003) para a compreensão da “nação moderna” ao direcionar suas atenções para as questões referentes ao racismo, etnicidade, gênero e identidades culturais. Estes enfoques são resultantes das políticas culturais da diferença, das lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural vivenciado nas diversas nações do mundo contemporâneo. Estes estudos buscam construir um olhar crítico e distanciado dos modelos explicativos universalizantes¹⁵.

Os debates parecem se direcionar para a forma como outras noções são apropriadas e inter-relacionadas na formulação da “nação”. Muitos são os discursos de desnaturalização dos processos sociais e culturais que forjam a “nação”. Um importante intelectual deste campo é Paul Gilroy (2001) – crítico agudo do que chama “absolutismo étnico” nas agendas políticas contemporâneas – importa-se com os efeitos duradouros de um sistema de hierarquias estabelecido com o advento da modernidade, que (desde então) continuamente é repostado, mediante a violência e a dominação. Este autor coloca-se em oposição a qualquer modelo analítico descolado da história concreta das experiências vivenciadas coletivamente pelos grupos racializados, que são partes constitutivas da modernidade e que conformam hoje, mais do que nunca, as subjetividades e a esfera da política¹⁶.

dizer, mas ele mesmo era um tanto quanto conservador em sua forma de ver a história como diz Trouillot (1995). Por exemplo, em sua recuperação da história das revoluções não cita a experiência do Haiti e assim como muitos, “ajuda” no apagamento da história desse país. O Haiti foi o primeiro país a por fim à escravidão e a criar, no início do século XIX, uma nação independente e a constituir a primeira república negra do hemisfério. No entanto, sua imagem e representação são veiculadas e associadas reiteradamente à miséria e aos contínuos conflitos políticos ali existentes. No dia 12 de janeiro de 2010, o país foi totalmente devastado, principalmente sua capital, vitimando cerca de duzentas mil pessoas.

¹⁵Ver Hall (2003). No campo das políticas culturais vale destacar as reflexões entorno do multiculturalismo presentes nas formulações de Hall e de Turner, os quais apontam para as diversas formas que este assume em diferentes nações. Turner, por exemplo, descreve o que pare ele constituem dois tipos de multiculturalismo, das duas abordagens da diferença: o multiculturalismo crítico e o multiculturalismo neoliberal (da diferença pela diferença).

¹⁶Fox apresenta um quadro geral dos estudos sobre “nação” a partir da década de 1980, onde observa a passagem da preocupação do “caráter nacional” para outros enfoques, a exemplo da “imaginação da nação” e “produção da nação”. Seus textos e os de Akhil Gupta (2007) são reelaborações das formulações de Anderson, marcados pela preocupação com o papel dos intelectuais, com a produção cultural e as ideologias nacionais.



Partindo para uma análise nacional do debate sobre nacionalismo e raça, é possível afirmar que nas últimas décadas do século XIX e até meados do século XX o Brasil experimentou uma série de transformações, especialmente com o fim do sistema escravista e o advento das ações governamentais que guiaram um projeto de nação desenhado nos moldes da modernidade das nações europeias. A partir destes processos foi produzido um vasto acervo literário e intelectual. Desde a segunda metade do século XIX, por exemplo, a literatura brasileira, em particular no romantismo, evoca a imagem do “índio” como símbolo das aspirações nacionais brasileiras¹⁷. Já no caso do negro, a tendência era aparecer, via de regra, em papéis-padrão estereotipados como: o “escravo heroico”, o “escravo sofrido”, a “bela mulata”. Os “homens livres de cor”, por exemplo, que estavam presentes em todos os níveis da sociedade brasileira, tendiam a ser ignorados pelos escritores românticos¹⁸.

Entre os primeiros estudos científicos preocupados com a questão da raça no Brasil, Gilberto Freyre, nas décadas de 1930 e 1940, (influenciado pelas ideias que partiam da América do Norte, centralmente através de Franz Boas) afirma que as diferenças existentes no país eram produzidas em termos de “cultura” e não de “raça”. Em “Casa Grande & Senzala” a estrutura da sociedade colonial era marcada pelo fenômeno da miscigenação e por uma – como se convencionou chamar – “democracia racial”¹⁹. Freyre vê uma nação que se erigiu da miscigenação de “raças” – diferentemente das ideias do racismo científico – não de natureza biológica degenerativa; mas, positivamente, como cultura.²⁰

A questão da raça permaneceu uma preocupação central nos estudos sobre o nacionalismo, a nação e a identidade brasileira. Para alguns destes, a desigualdade racial existente no Brasil era decorrente da escravidão, mas também do processo de “adesão” dos negros aos “valores culturais tradicionais”. Prevvia-se o desaparecimento rápido destas desigualdades, sob o suposto de que elas não apresentariam consistência e seriam condicionadas pela classe social. Mudando o rumo do debate até então, Florestan Fernandes e outros sociólogos brasileiros, nos anos 1950, concluíam que a “democracia racial” era apenas uma representação que falseava a realidade, apontando para a generalização do racismo na sociedade brasileira.

¹⁷Ver Monteiro (1996) sobre as representações dos povos indígenas e a relação com a construção da nação no Brasil.

¹⁸Ver um balanço da produção bibliográfica sobre a questão racial no Brasil em: Skidmore (1989); Ortiz (1995); Guimarães (1999); Telles (2003), Munanga (2004); Costa (2006), dentre outros.

¹⁹Cf., Bastos (2001) sobre a origem da ideia de “democracia racial” em Gilberto Freyre.

²⁰Ver Durham e Cardoso (1986) sobre a centralidade da noção de “raça” nas primeiras explicações sobre a nação produzidas pela nascente antropologia brasileira. A hegemonia das interpretações sobre o Brasil tributárias da noção de raça vinha sendo questionada desde o início do século XIX, com Manoel Bomfim. Porém, foi na década de 1930, com Édison Carneiro, Ruth Landes e Gilberto Freire, que uma abordagem claramente culturalista ganhou força.



Roberto Da Matta, por sua vez, nos anos 1970 e 1980, em suas reflexões sobre a formação da “nação” e da identidade nacional no Brasil em termos da “fabula das três raças”, sinaliza para constituição das hierarquias raciais que perpassam o discurso da nacionalidade brasileira. Nesta fábula, a “democracia racial” compõe o *sumo*, o que nos termos de Anderson, seria parte do processo de construção do “repertório compartilhado” desta “comunidade política imaginada”²¹. Neste repertório discursivo, ao mesmo tempo em que a discriminação contra os negros se apresenta como realidade cotidiana, a tolerância racial se constitui no discurso evocado, recorrentemente, como peculiaridade da nação. Ainda que tenham sido feitas nas últimas duas décadas fissuras significativas na ideia ainda vigorosa da nação brasileira como uma “democracia racial” – fissuras essas produzidas pelas anti-narrativas dos “dissidentes” ao questionarem e colocarem em cheque alguns dos elementos erigidos para compor o “repertório compartilhado” da nação brasileira – a ideia de que há uma história e uma realidade social e cultural livre das desigualdades raciais e do racismo continua presente em diversos grupos sociais do país. Com especial presença, destacamos, por exemplo, os produtos culturais televisivos, incorrendo em um equívoco subjacente de naturalização da própria nação e da identidade nacional, e tendendo a neutralizar a ação de determinados atores sociais subalternizados nos espaços políticos, de dominação e poder.

Nossa perspectiva, assim, é mirar sobre os discursos de “nação” (de visões sobre a “realidade nacional”) proferidos nas telenovelas brasileiras através de algumas de suas personagens e como incidem em sua constituição e reprodução política e social as categorias de raça, classe e gênero. A seguir, inicialmente abordaremos a polêmica cena de violência entre duas mulheres (uma branca e agressora, e a outra negra, agredida e protagonista da novela), personagens da telenovela “Viver a Vida” produzida e veiculada pela Rede Globo de Televisão. A partir da análise mais detalhada dessa cena, lançaremos um olhar sobre outras personagens telenovelistas de forma a indicar que o debate, de longa data, sobre questões como raça, racismo, miscigenação, “democracia racial”, a “fábula das três raças”, etc. está expresso, refletido e, em alguns casos reforçado, através de tramas e personagens, auxiliando na renovação determinadas concepções e ideologias nacionais.

II - HELENAS, XICAS E PRETAS: AS PROTAGONISTAS NEGRAS NAS TELENÓVELAS

No dia 16 de novembro de 2009 foi ao ar a cena 55 da telenovela *Viver a Vida*²², da Rede Globo de televisão, em que a antagonista, interpretada pela atriz Lilia Cabral, aparece dando uma

²¹ Ver ainda DaMatta (2000). Outros estudos vão destacar o papel pedagógico e a importância que as ondas do rádio e da televisão vão ter na transmissão e disseminação de um discurso de nação, vide Ortiz (2003; 1991); Micelli (2005); Schwarcz (1995).

²² Novela exibida na faixa das 21h, horário nobre da televisão, é mais uma da série do novelista Manoel Carlos, em que retrata a elite carioca e seus dilemas existenciais. As



bofetada na protagonista, interpretada por Taís Araújo, a qual se encontrava de joelhos, pedindo perdão por um erro que julgava ter cometido. Seguidores dos movimentos negros se manifestaram com indignação e questionando o propósito da veiculação de tal cena em plena semana da Consciência Negra. Seus argumentos, assim, problematizam uma imagem de “realidade nacional” que a Rede Globo parece querer produzir, ao veicular cenas com claras situações de subordinação, humilhação e submissão de uma mulher negra por uma mulher branca²³. Esse questionamento de setores dos movimentos negros, dentre outros fatores, tende a demonstrar a relevância dos meios de comunicação e seus produtos na construção de imaginários de nação. A partir dessa cena, analisamos a ira da antagonista Tereza como parte de um pânico social que procura restabelecer a ordem das relações raciais a partir da tentativa de produção da subalternidade de Helena. Procuramos também analisar brevemente a rejeição do público à personagem de Helena, assim como as representações sociais depreciativas relativas às mulheres negras nas telenovelas brasileiras.

A cena da agressão é um acerto de contas entre protagonista e antagonista. De um lado, Helena, protagonista. Filha de família das classes populares de Búzios (Rio de Janeiro), Helena é uma jovem

novelas de Maneco, como é mais conhecido, têm como marca registrada a constante presença de uma protagonista chamada Helena, que é sempre uma mulher forte e guerreira, cujo desafio em suas tramas é a superação das adversidades da vida. Em *Viver a Vida*, o novelista quis inovar construindo uma Helena jovem e apesar da atriz convidada para esse papel ser negra, Manoel Carlos alega que a Helena de *Viver a Vida* não tem como tema central a questão racial, mas antes os desafios por que passa uma *Top Model* em fim de carreira e início da vida afetiva como uma mulher casada.

²³De forma geral, essas reações criticam a reprodução de uma imagem de mulher negra e das relações raciais no país que há muito os movimentos negros têm combatido. A cena estaria colocando por terra toda história de luta contra violência racial sobre negros e mais especificamente, as mulheres negras. Luciana Brito, ativista do movimento negro unificado da Bahia, em um texto de protesto veiculado em listas de discussão na internet, afirma que: “(...) a trama da novela vai contra a política e debates atuais que visam a igualdade de direitos e a postura autônoma que praticamos no nosso cotidiano e ensinamos a nossas jovens e crianças negras.” Rebeca Duarte do Observatório do Negro, por sua vez, frisa ainda o frouxo protagonismo dado à Taís Araújo pelo autor da novela. Isso seria uma evidência de que os atores negros têm um lugar já determinado nas tramas novelísticas, mesmo quando lhes são dados papéis de destaque: “A ideia de protagonista negra, na Globo, enfim foi definida claramente. Uma heroína que, se inicialmente surgia diante de um drama familiar, afirmando um núcleo negro protagonista, como âncora, marco e raiz, veio sendo reduzida dramaturgicamente a pobre vítima de suas três antagonistas brancas, tendo estas enfim recebido mais espaço de visibilidade que a suposta protagonista. O papel, de central, tornou-se periférico, apoio para a virada de jogo das outras atrizes, que passam a receber os aplausos da população e das “críticas” noveleiras de plantão, prontas para limar a atriz negra por seu papel ‘sem graça’”(textos compartilhados por correio eletrônico).



negra, que conseguiu chegar ao topo na sua carreira de modelo. Um exemplo de boa filha, amiga e irmã, Helena aparece sempre como uma personagem sensata, conselheira, apoio emocional e financeiro de sua família, sobretudo, para sua irmã mais nova, a qual tem uma vida pretensamente tortuosa. Apesar de ter uma vida resolvida no aspecto profissional e financeiro, Helena surge na trama como uma jovem solteira por volta dos 30 anos de idade, que nunca havia tido relacionamentos duradouros. Sua trajetória muda quando conhece Marcos (José Mayer), um magnata do ramo do turismo e hotelaria com quem se casa. A partir do casamento, a personagem de Taís Araújo, passa a ser uma mulher mais apática, vítima dos anseios machistas do marido, o qual lhe cobra que interrompa a sua carreira de modelo e se torne mãe e dona de casa. O marido Marcos, por sua vez, parece incorporar um conjunto de representações de masculinidades hegemônicas na sociedade brasileira (branco, heterossexual, “machão/machista”, “garanhão”, “rude”, porém “civilizado”, etc.), que vive uma crise por não poder exercer sobre a esposa uma autoridade irrestrita.

No outro lado da trama, temos a antagonista Tereza, mulher com pouco mais de 45 anos de idade. No passado foi também uma modelo de sucesso, carreira que abandonou após se casar com Marcos para se tornar dona de casa e cuidar das três filhas. Então divorciada do personagem de José Mayer, Tereza é apresentada ao público como uma mulher amargurada, que não havia aceitado plenamente o fim de seu casamento. No início da novela, em várias cenas, a personagem aparece reclamando do ex-marido para filhas e amigas, rememorando com frequência as histórias de infidelidade conjugal que sofreu no passado. Com o casamento de Marcos e Helena, a personagem de Lília Cabral, toma um novo rumo na trama e aparece como uma nova mulher disposta a tocar a vida adiante. O novo casamento do ex-marido parece mexer com seus brios e sua vontade de também procurar a felicidade.

A cena da bofetada é marcada por um longo e tenso diálogo de aproximadamente dez minutos. Tereza vai à casa de Helena e Marcos para tomar satisfações da protagonista a respeito do grave acidente de sua filha preferida, Luciana, interpretada por Alinne Moraes. As duas, Helena e Luciana, viajaram juntas para um evento de moda na cidade de Petra, na Jordânia, onde ambas desfilariam para uma grife: a primeira na condição de modelo que chegou ao auge da carreira e se despedia; a segunda como uma jovem modelo, iniciando a sua carreira. Por uma fatalidade, o ônibus em que Luciana se encontrava na volta do evento sofreu um acidente vitimando algumas modelos e, sobretudo, Luciana, que se tornou tetraplégica. Na percepção de Tereza, Helena seria culpada pelo acidente, pois impedira Luciana de viajar com ela em um carro destinado a Helena mesmo tendo ela, Tereza, pedido para que cuidasse de Luciana, pois sua filha seria uma jovem insegura, mimada e precisaria constantemente de atenção.

A condição de madrastra e enteada exacerba a rivalidade e os conflitos entre Luciana e Helena, além do sentimento de ciúmes de filha pelo pai. Há que se considerar também o fato de que a personagem de Alinne Moraes vinha se mostrando desde o início da trama como alguém que invejava



profundamente Helena devido ao sucesso profissional que esta alcançara na carreira de modelo, carreira que Luciana apenas iniciava²⁴. Esta conjuntura que reunia ciúmes do pai, inveja pela carreira profissional e a condição compulsória de convivência com a nova madrasta, fazia que Luciana demonstrasse continuamente posturas de confrontação e provocação em relação à Helena, usando constantemente afirmações depreciativas, arrogantes, discriminatórias e inclusive de fundo racista. Após inúmeras tensões e atritos devido a esse contexto, as duas personagens tiveram uma briga, uma vez que Helena ficara farta das posturas ásperas e grosseiras da enteada. Essa briga teve como resultado a viagem em veículos separados e, como dito, à fatalidade do acidente com Luciana.

Independente das acusações de Tereza, Helena, ela própria, já se culpava pelo acidente e se colocou, na cena do encontro entre as duas, de forma submissa, atormentada e sofrida. O encontro entre Helena e Tereza ocorre em uma sala em tons acinzentados, com pouca variação de cores. Helena aparece na cena com um tom claro de cinza, cabelos presos e rosto sem maquiagem e inchado pelo choro: uma expressão bastante sofrida, triste e abatida. Tereza, apesar de todo sofrimento pelo acidente com a filha, surge na sala com trajes requintados e mais coloridos. Tem os cabelos meticulosamente bem penteados e a maquiagem suave: carrega em sua figura um tom de distinção, elegância, e sua postura altiva denota uma posição de poder e superioridade frente à Helena.

Durante a cena, Helena está fragilizada e em posição de pessoa a ser repreendida, quase como uma criança ciente de seu erro, prestes a ouvir um merecido castigo. Ouve atentamente as palavras de Tereza e ao mesmo tempo seu rosto expressa dor, vergonha, arrependimento e constrangimento. Nos dez minutos da cena, suas poucas falas representam pequenas interferências, que mais parecem sussurros e são marcadas pelo tom constrangido ao pedir a palavra. A apatia da personagem de Taís Araújo lhe tolhe todo o protagonismo na cena e, dali por diante, na trama da novela. Por outro lado, Tereza mistura raiva, ironia, desprezo, animosidade, rancor e desespero em suas falas, que em verdade se constituem quase em um monólogo. Seus argumentos não se atêm ao caso do acidente e ela aproveita a oportunidade para dizer tudo o que não conseguira expressar até então acerca de sua inconformidade com o estado de coisas frente ao casamento de Helena e Marcos. Tereza explicita em

²⁴Subjaz às posturas rudes de Luciana, em uma leitura possível, uma inconformidade da personagem frente ao enorme sucesso da madrasta, algo que poderia ser lido da seguinte forma: “como é possível que ela (Helena) sendo negra e tendo nascido pobre, possa ter tido tanto sucesso na carreira e continuar sendo muito mais famosa e bem sucedida do que eu, que sou branca e já nasci em berço de ouro? E para piorar, como é possível que ainda tenha se casado com meu pai e entrado em minha família branca de elite?”. Em nenhum momento esse subtexto de inconformidade (frente a sua percepção do estado atual “inadequado” de papéis e sujeitos sociais) é expresso explicitamente através de diálogos ou falas da personagem, porém suas reações e a evidente antipatia por Helena tornam essa leitura plausível.



sua fala todo seu ódio, que não diz respeito somente ao acidente da filha, ou à perda do ex-marido para outra mulher, mas sim, centralmente, ao que ela crê ser uma tentativa de “roubo” por parte de Helena das suas memórias familiares, do usufruto de imóveis antes apenas seus e das filhas e, finalmente, de sua posição social, como podemos observar abaixo nos trechos destacados da cena 55:

Tereza: “Hum! Você não conseguiu tudo o que quis?! Você não saiu da pobreza para o conforto? Você não conseguiu superar o preconceito contra a sua cor? Você não subiu todos os degraus que almejava subir? Você não subiu na vida? Você não conseguiu um casamento com um homem rico? Você não tem tudo que você quer?”

Helena: Eu não consegui um casamento, Tereza. Eu casei por amor. Amo e respeito o meu marido, como qualquer outra mulher.

Tereza: PE-TU-LAN-TE!!! É isso que você é: PETULANTE! Sempre foi! Sempre será! Eu não vou esquecer da sua cara na minha casa em Búzios... Se vestindo de noiva pra casar com um homem que foi meu marido, na minha suíte. E não vou esquecer da sua cara na minha casa. Que a partir de então, você deu um jeito, jogou no meu rosto que aquela casa já não era mais minha, era sua. E quem devia sair da sua casa era eu”.

O encontro de Helena e Tereza na cena 55 sintetiza, portanto, uma tentativa de retomada do controle da situação e dos privilégios de *status* social que antes da chegada de Helena eram, inquestionavelmente, de Tereza. Na cena estão expressos alguns marcadores que recortam e marcam diferenças e também desigualdades entre as personagens, os quais para Tereza demonstram uma configuração social incômoda e inadequada. Tereza, como já foi dito, é uma mulher mais velha (na trama, uma diferença de aproximadamente 20 anos em relação à Helena), é branca, tem olhos claros e em seu percurso biográfico esteve sempre associada às elites econômicas e a uma trajetória de sucesso social, diferentemente de Helena, que tem origem humilde, nas classes populares, é jovem, negra, e obteve sucesso profissional e reconhecimento internacionais a despeito de todas as adversidades que encontrou em sua vida. Na concepção de Tereza, algo está incoerente e incorreto no fato de que Helena (ou uma pessoa *como* Helena) ocupe um *status* social privilegiado (antes ocupado por ela) que tradicionalmente é preenchido apenas por pessoas com determinadas prerrogativas bastante delimitadas. Assim, neste momento é possível também fazer uma leitura subtextual da furiosa humilhação de Helena por Tereza. Esta última expressa toda a sua revolta e inconformidade não apenas àquela que considera culpada pelo acidente da filha (em uma interpretação superficial dos acontecimentos na trama), mas principalmente àquela que não poderia, por ser negra e de origem humilde, roubar seu lugar social de esposa branca de um homem riquíssimo, e assim viver sem infortúnios ou retaliações. Era o momento de expressar explicitamente à protagonista que esse estado de coisas estava em desacordo com as estruturas usuais que permeiam a sociedade frente a marcadores sociais como “raça” e classe social.



O momento de declarar a Helena que ela ocupava um espaço ilegitimamente e que pagaria caro por querer ocupar esse espaço e cumprir um papel que, segundo o ponto de vista de Tereza, não lhe cabiam. Uma espécie de momento em que as fantasias de ascensão social e de inclusão sem traumas no seio das elites cariocas alimentadas por Helena, seriam postas por terra. Dessa forma, Tereza, em sua fala, tem o intuito de questionar o atual estado de coisas e tentar recolocar a ordem vista como adequada nas relações sociais estabelecidas até ali. A ela cabia o papel de avisar à Helena que ela nunca havia sido de fato assimilada como alguém verdadeiramente das elites econômicas cariocas (predominantemente brancas). E que a oportunidade que lhe foi dada para ingresso naquele meio social privilegiado, não era irrestrita e incondicional. Tereza mostra a Helena, que o seu lugar nunca foi o que ela pretendia ocupar, que ela não era nada mais que uma *petulante*²⁵ (palavra proferida por Tereza). Alguém que tem a ousadia de tentar ocupar um lugar que nunca foi e nunca será seu.

A antagonista mostra que a protagonista não pode assumir o papel central, pois ela como um *parvenu*, deveria se conformar com sua condição de quem iria somente até o meio do caminho. A cena é finalizada, após o prolongado silêncio da protagonista, com uma súplica de Helena pelo perdão de Tereza. De joelhos, Helena pede a Tereza que a perdoe pelo acidente de Luciana. A resposta, após um breve momento de silêncio e o olhar ferino de Tereza (em que um jogo de câmera – filmando a antagonista de baixo para cima – ressalta sua posição de poder e de *status* superior) foi uma bofetada violenta e a promessa de que aquilo – a bofetada e a humilhação – era só o começo de uma série de ofensas e agressões. Essa representação subalternizada e desapoderada da protagonista também poderia ser interpretada não apenas como parte contextual de seu sentimento de arrependimento e culpa frente ao acidente da enteada – o qual foi fruto inteiramente do acaso –, mas como uma espécie de desculpas e perdão por ter ousado ocupar um espaço e papel que nunca lhe couberam segundo a ordem das representações que se remetem às mulheres negras na sociedade brasileira e, sobretudo, nas telenovelas.

A cena 55, entretanto, não foi o único foco de descontentamento em relação à novela *Viver a Vida*. Desde o começo esta foi alvo frequente de reclamações e de baixo índice de audiência. Meios “oficiais” de imprensa e espaços de mídia alternativa, como a internet, por exemplo, têm responsabilizado a atriz Taís Araújo pelo fracasso da novela. De acordo com esses meios, a atriz não conseguiu incorporar a Helena do novelista Manuel Carlos. Os comentários dirigidos à atriz extrapolam a sua capacidade de atuação, beirando à infâmia social. São várias as críticas, que vão desde sua aparência, sua maneira de proferir as falas, a inverossimilhança de seu personagem, e chegam, por fim, a se aproximar de um questionamento de seu caráter moral. Algo digno de nota é o aparecimento, em

²⁵Segundo o dicionário Aurélio, a palavra “petulante” diz respeito a alguém: imodesto, ousado, desavergonhado, insolente, impetuoso, vivo.



comunidades criadas em populares sites de relacionamento, da solicitação pública da morte da protagonista. Dentre essas críticas à atriz é comum a comparação de sua atuação e/ou pessoa às das atrizes Alinne Moraes (que interpreta Luciana) e Lília Cabral (que atua como Tereza), que interpretam as rivais da protagonista. Muitos internautas julgam que uma dessas duas deveria ser a protagonista.

Houve um caso interessante de uma internauta que tem preferência por outra atriz da trama, a atriz Giovanna Antonelli²⁶: “odeio mais ainda ver a Giovana [Antonelli] linda maravilhosa de garçone e a ridícula [Taís Araújo] pagando *top modell affff* tem que ter estomago” (sic)²⁷. Apesar das severas críticas ao desempenho e ao carisma da atriz Taís Araújo em *Viver a Vida*, chama atenção o fato de que a atriz sempre bem recebida pelo público e ganhou vários prêmios por suas atuações na televisão e no cinema. A personagem Helena é a terceira protagonista na carreira de Taís Araújo, embora seja a primeira em horário nobre da Rede Globo de Televisão. Sua primeira protagonista (e seu segundo papel na televisão) foi aos 18 anos, em *Xica da Silva*, (novela exibida na extinta Rede Manchete). Nessa novela ela interpretava a heroína negra histórica homônima do período colonial. Com várias cenas de nudez, a atriz, que nesse papel tornou-se a primeira mulher negra a interpretar uma protagonista na televisão brasileira, ficou muito famosa por sua capacidade de transmitir sensualidade e sedução através de sua personagem.

Algo interessante na contextualização do grande sucesso que essa sua personagem e atuação angariaram pode ter relações com determinadas representações sociais usuais relacionadas às mulheres negras na sociedade e centralmente nas telenovelas brasileiras.²⁸ Tanto nas novelas que se passa-

²⁶Dentre essas comunidades em sites de relacionamento, há aquelas que se referem a personalidades impopulares sob o rótulo de “odeio fulano”. É importante registrar aqui que a comunidade “Odeio a Helena” há 735 membros, ao passo que “Odeio a Luciana” há 189 membros. Cabe ainda destacar que na primeira comunidade há uma confusão entre desgosto pela personagem e desgosto pela atriz, sendo o segundo caso mais recorrente. No caso da segunda comunidade, o desgosto dos internautas se refere apenas à personagem.

²⁷Giovanna Antonelli é uma popular atriz brasileira de televisão, branca e com trinta e poucos anos de idade. Ela já protagonizou algumas novelas de bastante sucesso e há poucos anos foi antagonista de uma personagem de Taís Araújo, na novela “Da Cor do Pecado”, exibida nos anos de 2004/2005 no horário da 19h. A novela foi um enorme sucesso e a primeira protagonista de Taís Araújo (a primeira protagonista negra da Rede Globo de Televisão), chamada por todos quase que apenas por “Preta”, agradou sobremaneira ao público, diferentemente da atual personagem Helena. Na fala aqui recortada há também um teor de rivalidade entre personagens (e atrizes) que reflete uma oposição de origens mais longínquas que apenas a atual trama analisada.

²⁸Ver Pacheco (2006). Neste artigo, Pacheco reflete sobre as representações da mulher negra no processo de configuração das relações sexual-afetivas na sociedade brasileira e a posição de desvantagem destas mulheres no mercado matrimonial. Pacheco utiliza como



vam em períodos contemporâneos, mas principalmente nas novelas “de época”, as mulheres negras tenderam, segundo a antropóloga Raquel Luciana de Souza (2010, p. 02), a ser “constantemente representadas como subservientes ou lascivas e sexualmente irresistíveis e porque não dizer, imorais”. Estas representações estão presentes nas observações feitas por Freyre (como já sinalizamos anteriormente) sobre a sociedade colonial brasileira e podem ser condensadas na frase: “*branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar*”. No caso da personagem Xica da Silva, esta era, inicialmente, uma escrava do século XVIII que contrariando todas as hierarquias sociais da época era alforriada e se casava com um homem branco (seu antigo proprietário), rico, português da metrópole e bastante poderoso no período colonial, o qual se apaixonava por sua sensualidade irresistível e provocadora.

Algo digno de nota diz respeito às representações das mulheres negras que, quando mostradas como bem sucedidas socialmente, tenderam a ser expressas como inescapavelmente tendo uma trajetória biográfica de casamento com um homem branco e rico. Durante a novela, Xica da Silva era retratada como, além de frenética, constantemente propensa e disponível ao sexo, como soberba e impetuosa, vivendo às voltas com um luxo suntuoso, sendo que, porém, ao final da trama (como se não houvesse uma alternativa crível) termina sozinha, pobre e abandonada pelo ex-marido (desfecho que é contrariado por pesquisas históricas)²⁹.

epigrafe neste texto a frase “A mulata mítica como figura não apenas para ser pintada, mas sentida, como criatura não para ser esposável, mas para ser comida”, de Affonso Romano de Sant’Anna, *O canibalismo amoroso: o desejo e a interdição em nossa cultura através da poesia*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 31, como ilustrativa dos discursos e representações sobre as mulheres negras ainda presente na sociedade brasileira.

²⁹Segundo Souza (2010: 03-04): “De acordo com minuciosa pesquisa de autoria da historiadora Junia Furtado, feita em uma série de arquivos e registros históricos, Chica da Silva, era filha de uma escravizada africana, nascida em Arraial do Tejuco (hoje Diamantina), Minas Gerais (MG), entre os anos de 1731 e 1735, no período conhecido como o ciclo do ouro brasileiro (sendo seu nome grafado com Ch). (...) as poucas pesquisas sobre a vida de Chica da Silva revelam enormes discrepância entre a vida do personagem histórico e suas representações na mídia de massa brasileira. Evidencia-se um investimento na perpetuação de estereótipos desqualificantes. (...) Tanto no filme quanto na novela, o casal não tem filhos e ela termina pobre, abandonada por João Fernandes que é chamado de volta a Portugal, em função de pretensas denúncias anônimas de desvio de dinheiro, envolvimento com bruxaria e práticas hereges e conduta moral questionável, ou seja, seu envolvimento com uma mulher negra. Entretanto, a pesquisa de Júnia Furtado, revela que Chica da Silva e João Fernandes formaram uma família numerosa, dentro de um relacionamento estável, e que João retornou para gerenciar os negócios da família em função da morte de seu pai, contradizendo a caracterização do final desse relacionamento no filme e na novela. As pesquisas confirmam que alguns anos mais tarde seus filhos também viajam para serem educados em Portugal, enquanto suas filhas recebem sua educação formal no Brasil, e demonstram também que o casal se manteve em contato durante vários anos após sua partida”.



Já na novela *Da Cor do Pecado*, Taís Araújo interpretou sua segunda protagonista (novamente a primeira atriz negra, dessa vez, a protagonizar uma novela na Rede Globo) a personagem Preta de Souza, uma moça jovem negra e nordestina³⁰, atraente, sensual e encantadora que se envolve com um rapaz branco de família muito rica (durante as férias de verão deste) e acaba engravidando. A personagem, com o nome genérico de “Preta” é a própria personificação dos estereótipos da mulata³¹, associada à sexualidade, à lascívia e ao pecado. Como dito anteriormente, novamente nesta trama pode-se constatar a trajetória de ascensão social mais recorrente em relação às representações sociais das mulheres negras. Preta ao fim de muitas reviravoltas se casa com o “mocinho”, representado pelo galã Reynaldo Giannechini³². Com esse papel, Araújo alcançou um enorme sucesso, tendo uma grande exposição na mídia, em capas de revistas e outros meios, sendo elogiada por público e crítica como uma boa e convincente atriz.

Preta começa a trama como uma moça pobre e tende a prosseguir em um percurso bastante usual em determinadas narrativas das telenovelas tradicionais, uma espécie de “percurso de Cinderela”: o encontro com o príncipe encantado que por fim muda completamente a sua vida para uma configuração materialmente melhor. Dessa forma, em ambas as primeiras tramas protagonizadas por Araújo é possível constatar a concordância e reiteração das representações sociais tradicionalmente imputadas não apenas às protagonistas das novelas, mas principalmente às representações das mulheres negras nesses meios midiáticos. Já em *Viver a Vida*, há uma mudança substancial, ao menos inicialmente, quanto a história de vida da protagonista. Helena já começa a trama como uma *Top Model* estabelecida. Parte-se de um momento em que está rica e bem sucedida, uma mulher que se estabelece em meio à elite carioca, transitando cotidianamente em espaços tradicionalmente “brancos”, o que ela, reiteradamente, costuma justificar ter conseguido com “muita luta”, superando “vários preconceitos”. Ela é negra, mas o novelista optou por não explorar todos os estereótipos que tenderam historicamente a adjetivar as mulheres negras na televisão. No entanto, foi reservado à irmã de Helena, a personagem Sandrinha, encenar alguns destes outros estereótipos comumente atribuídas às mulheres negras, uma vez que esta tem um filho com um homem negro mostrado na trama como traficante de drogas e procurado pela polícia.

³⁰Uma representação que atribuída a Preta de Souza um lugar de suposta subordinação, pensada dentro do sistema hegemônico e hierárquico (nos termos de Gramsci) em operação na sociedade brasileira.

³¹Cf. Pravaz (2003), Correa (1996); Seyferth (2005); Pacheco (2006); Pinho (2004); Bairros (1995).

³²Parece-nos interessante pensar no porque dentre o vasto repertório dos “príncipes galãs” das telenovelas globais não tenha emergido ainda nenhum negro. Seria interessante desenvolver um olhar acerca das masculinidades valorizadas que estão em cena nas telenovelas brasileiras.



A Helena de *Viver a Vida* seria, segundo o autor, apenas e centralmente “uma mulher”. Manoel Carlos, assim, procura tentar retratá-la em termos “racialmente” abstratos. Nesse papel, portanto, Taís Araújo não interpreta a vivência cotidiana de uma mulher negra, com toda a carga simbólica estigmatizada compartilhada pelo senso comum. Ao analisarmos, portanto, a trajetória da atriz e a recepção do público em relação as suas atuações, somos levados a concluir que Taís Araújo não agradou no papel de Helena por estar ocupando um papel em desacordo com as representações sociais usuais associadas até então às mulheres negras nas telenovelas. Em *A Negação do Brasil* (2000), por exemplo, Joelzito Araújo revela que a inserção dos atores negros nas tramas novelísticas sempre foi através dos estereótipos e lugares sociais previamente definidos aos negros. Quanto às atrizes negras a tendência sempre foi a de lhes reservar o papel de empregada doméstica ou papéis que ressaltassem a “natureza” sensual das negras e mulatas³³. Desta forma, a atriz Taís Araújo tendeu a ser bem aceita no papel da sensual e sexualmente ávida Xica da Silva, ou mesmo no papel de Preta de Souza, a mulher pobre e nordestina que migra para o Rio de Janeiro em *Da cor do pecado* uma vez existiria, assim, uma concordância com as representações tradicionais imputadas às mulheres negras, e com as imagens associadas a essas mulheres no imaginário televisivo nacional.

Sendo assim, a rejeição da atriz ao protagonizar a Helena em *Viver a Vida* não reside em sua pretensa incapacidade para o papel, mas sim em um profundo lapso de inteligibilidade quanto ao

³³Até o final dos anos 90, um terço das telenovelas brasileiras não tinha personagens afrodescendentes. Para além das novelas que procuravam retratar a época escravocrata, as novelas em que os negros aparecem são para interpretar papéis menores, associados à ideia de subalternidade e, no caso das mulheres, sensualidade, sexualidade e prostituição. Chama atenção o fato de que novelas adaptadas de livros consagrados em que a protagonista era originalmente negra ou mulata, como *Gabriela Cravo e Canela*, *A Cabana do pai Thomaz* e *Escrava Isaura*, serem interpretadas por atrizes e atores não negros. No documentário *A negação do Brasil* (2000), de Joelzito Araújo, o diretor de novelas Valter Avancini revela que na adaptação do romance de Jorge Amado, *Gabriela*, cuja personagem central, é mulata, foi convidada a atriz Sonia Braga, pois não havia nenhuma atriz negra ou mulata apta a desempenhar o papel. Além disso, relata que havia um receio de se colocar uma atriz negra inexperiente e esta ficar tachada de alguém sem talento. Finaliza dizendo ainda que colocar personagens negros e pobres não interessa aos produtores das telenovelas, uma vez que essa imagem não é boa para o mercado. Essa revelação de Avancini confirma a ideia de que o protagonismo não é para atores negros, e que o lugar dos negros na ficção, deve estar colado com a “realidade”. Com base nesses argumentos do renomado diretor de telenovelas, de que a audiência não espera protagonistas negros e somando as declarações descontentes de vários internautas com a protagonista de Taís Araújo, desejando até a morte da personagem, podemos interpretar a cena 55, da novela *Viver a vida*, como uma espécie de rearranjo na trama. Ou seja, temos na cena em questão um reposicionamento da ordem “natural” e esperada das relações.



deslocamento social exigido ao público pelo novelista, ao colocar uma mulher negra (no início da trama) como rica, poderosa, jovem, independente de figuras masculinas, uma mulher de sucesso e, enfim, *uma patroa*, com vários empregados e serviços à sua disposição. O desconforto e a rejeição quase violenta do público à trama e à personagem partem, entre outros fatores, da constatação radical de falta de verossimilhança frente à escassez de casos parecidos encontrados tanto em exemplos concretos na sociedade brasileira quanto, centralmente, de casos semelhantes na televisão em âmbito nacional³⁴.

O caso da personagem Helena da atriz Taís Araújo é paradigmático para refletirmos a respeito da construção do imaginário de nação existente no Brasil. De um lado os movimentos negros do país questionam a reprodução de práticas e discursos racistas veiculados pelas telenovelas brasileiras, em especial o exemplo da cena 55 da novela “Viver a Vida”, como foi referido acima. De outro lado vemos, através da análise da repercussão entre usuários de sites de relacionamentos e mesmo em matérias de revistas especializadas em novelas, que os telespectadores não aprovaram a novela e, especificamente a atriz, por acreditarem que esta não convence no papel, o qual tem sido atribuído a atores vistos como brancos. Não há, entretanto, nenhuma expressão ou manifestação explícita à rejeição da atriz no papel em questão pelo fato dela ser negra. Há um descompasso, portanto, entre as críticas dos movimentos negros e as manifestações da audiência da novela citada. Há uma espécie de esquizofrenia em que uns afirmam a existência de um país racista, que veicula seu racismo através de suas manifestações culturais, e outros insistem na ideologia do *color blind*, do “daltonismo social”.

Historicamente essa tem sido a dinâmica racial brasileira, marcada pela recorrente comparação aos casos estadunidense e da África do Sul, em que esses dois são usados como exemplos de regimes sociais onde as “raças” são categorias de diferenciação e de desigualdades estruturais na organização social, ao passo que no Brasil a sociedade estaria assentada em uma lógica hierárquica baseada na “classe social” e guiada por uma multipolaridade cromática.

Muitos estudiosos brasileiros e, especialmente, um grande número de brasilianistas estadunidenses vão buscar compreender as relações raciais brasileiras como referência comparativa para entender o que ocorria nos Estados Unidos (Telles, 2003). Thomas Skidmore começa suas pesquisas no Brasil em meados de 1960, preocupado em compreender como o Brasil tratou o problema das relações raciais diferentemente dos Estados Unidos; entender a história das atitudes raciais da elite intelectual

³⁴A atriz Regina Duarte, que já protagonizou a personagem Helena por três vezes, defendeu a atriz Taís Araújo em uma entrevista a mídia “oficial”. Na sua avaliação, a atuação de Araújo está boa. Na sua percepção, a atriz não caiu nas graças do público, pois sua personagem já aparece estabelecida, sem o sofrimento que lhe conquistaria o carisma da audiência. Em outros termos, Duarte parece sugerir que o público esperava uma trajetória “normal” de mulher negra.



brasileira, mostrando como essa postura afetou a concepção popular sobre raça; como os brasileiros explicam sua realidade racial; como teriam conciliado a mobilidade social do “mulato” com as doutrinas rígidas do racismo científico e, por fim, como responderam aos visitantes racistas sobre a miscigenação³⁵. Para este brasilianista existia um projeto de nação que se encontrava em curso no país desde o final da escravidão. A *intelligentsia* brasileira estava traçando os rumos de um país que se despedia legal e economicamente de um sistema – mantendo muitos dos seus valores culturais e sociais – e que precisava definir uma nova e revigorada imagem a ser exibida perante as “nações” fortes europeias e norte-americanas. A questão da raça permaneceu ainda assim uma preocupação central.

Telles salienta que, para estes estudiosos, a desigualdade racial existente no Brasil era decorrente da escravidão, mas também do processo de “adesão” dos negros aos “valores culturais tradicionais”. Previa-se o desaparecimento rápido destas desigualdades, sob o suposto de que elas não apresentariam consistência e seriam condicionadas pela classe social. Nos anos 1950, Florestan Fernandes e outros sociólogos brasileiros tratavam de contestar contundentemente a *democracia racial* tratando-a como mito e apontando para uma generalização do racismo na sociedade brasileira. Florestan Fernandes atribuía a dificuldade que os negros tinham em competir com os brancos no mercado de trabalho industrial à herança da escravidão e a seus efeitos sociais e psicológicos, que supostamente dificultariam a adaptação dos ex-escravos, agora na condição de migrantes em direção aos grandes centros urbanos, às relações de trabalho nas fábricas.

De acordo com Fernando Rosa Ribeiro (1997) essa recorrente comparação com os regimes raciais dos Estados Unidos e da África do Sul, negando a existência do racismo no Brasil, remonta à época de Gilberto Freyre e seu elogio da mestiçagem brasileira. Para Ribeiro, essa necessidade do elogio e da negação do racismo é, na verdade, a constatação do contrário: de um país marcadamente racista e preso às estruturas raciais para a constituição da organização social. Lilia Schwarcz (1993) revela que as ideias racialistas estão presentes na construção do imaginário de nação desde o século XIX perpassando todo século XX. Nesse período havia uma disputa entre médicos e bacharéis em direito para tentar solucionar o problema da miscigenação e a “degeneração” do povo brasileiro, apontado por viajantes e cientistas europeus como povo sem futuro e incivilizado, incapaz de adentrar o mundo moderno. Essa busca para solucionar o “problema do negro” no país traz para o cotidiano a ideia de “raça” como constitutiva de nação através de discursos: “nos discursos do dia-a-dia, na representação popular, nos jornais de circulação diária, é quase corriqueiro o argumento que traduz a ciência em termos populares e encara a raça como uma questão de importância fundamental nos

³⁵Ver Skidmore (1994; 1989). Ele faz uma análise minuciosa da história das ideias, mostrando como as teorias raciais que circulavam na Europa no final do século XIX são adaptadas ao contexto brasileiro



destinos da nação” (p. 149). Nesse sentido, as teorias raciais, segundo Schwarcz, cumpriram no Brasil o papel de ideologia cultural nacional aliada à ideia de modernização e integração internacional.

Atualmente, ao mesmo tempo em que a discriminação contra negros se apresenta como realidade cotidiana, a tolerância racial se constitui na marca mais recorrente evocada como peculiaridade da nação. Ainda que exista uma grande fissura produzida nas últimas duas décadas pelas anti-narrativas dos discursos dissidentes – forjados dos questionamentos e da suspensão de alguns dos elementos erigidos para compor o repertório da nação brasileira - a ideia de que há uma história e uma realidade social e cultural livre das desigualdades raciais e do racismo continua presente entre diversos grupos sociais no país, assim como as naturalizações das assimetrias nas relações de gênero ainda se colocam de maneira socialmente relevante. Mas, como tratar destas questões desconsiderando outros fatores importantes neste espaço de disputa? Parece-nos pouco provável que isso seja possível sem incorrer em um erro subjacente de naturalização da própria nação e da identidade nacional, neutralizando a agência dos atores sociais, dos espaços políticos, de dominação e poder.

Ao final deste ensaio acreditamos ter posto em relevo algumas das preocupações que atravessam os debates contemporâneos das Ciências Sociais, em especial da Antropologia, a qual tem observado algumas de suas principais noções serem postas em cheque, a exemplo da noção de diferença e cultura. No entanto, vemos também emergir em vários dos seus campos a afirmação e o uso da noção de raça, (há muito tempo recusada por sua tradição culturalista) associada a uma série de debates, no caso em questão à produção da “nação moderna” em uma das suas múltiplas variantes. Os debates mais atuais sobre a produção da “nação” mostram uma linha de articulação e continuidade com as questões concernentes à “raça” e às etnicidades.

Nesse percurso, nosso olhar seguiu esta linha ao refletir as interligações presentes no processo de construção de um discurso sobre a nação brasileira que se sustenta num repertório montado a partir da constituição racial e de um conjunto de representações construídas historicamente. Ao tomarmos as telenovelas e algumas de suas personagens como focos de nosso campo de observação percebemos a continuidade e a renovação de um conjunto de estereótipos e representações que afirmam as posições de subalternidade e da não-agência dos negros, mesmo quando são indicados como protagonistas nas tramas.

No caso da Helena de *Viver a Vida*, diferentemente das experimentações anteriores deste arquétipo (de mulher “forte e decidida”), exibidos pelas outras Helenas, fica o que aparece em muitas das variantes das narrativas mitológicas da Helena de Tróia da figura passiva, sem possibilidade de agência, que é raptada de Esparta quase como um objeto e causadora de guerras à sua revelia. A Helena de “Viver a vida” não protagoniza. Ela se cala, balbucia e chora, chora... Esta posição incômoda aos telespectadores que esperam sempre de uma protagonista “global”, com atitude na superação dos obstáculos que surgem ao longo da trama da vida, rumo à conquista de seus desejos. Porém, apesar de ser uma mulher com autonomia econômica, ela reproduz algumas posições de submissão



frente ao marido e a sociedade carioca de classe média alta da qual “participa”.

Esta Helena protagoniza a representação, mesmo que bem sucedida, da mulher negra que vive à mercê dos olhares e dos tratos que as naturalizam no lugar do cuidado, da sensualidade, da volúpia, da passividade e subserviência. Assim, se traçarmos rapidamente um olhar para as três protagonistas de Taís Araújo, veremos que sua primeira experiência, Xica da Silva, é uma personagem paradigmática no debate sobre miscigenação na formação da nação, tornando-se quase que simbolicamente fundante desse discurso positivado da miscigenação, uma vez que de escrava negra casa-se com seu senhor de escravos branco e português, com ele tem muitos filhos, consentidamente, e por fim, ascende socialmente através dessa figura masculina de poder. Essas visões positivadas e recorrentemente romanceadas das relações sexuais entre escravas e seus senhores de escravos como um marco da pretensa “suavização” e “cordialidade” das relações raciais no Brasil, ignoram solenemente a brutal violência histórica contra as mulheres negras as quais estavam submetidas a relações de poder profundamente desiguais, nas quais em grande parte dos casos dificilmente se poderia citar livremente, por exemplo, a palavra “consentimento”.

Sendo assim, acreditamos que um dos pilares de justificação do discurso anti-bipolaridade nas relações raciais – a “livre-miscigenação” fundante no país – deveria ser posto em evidência não como sinal de permeabilidade e afinidade “naturais da brasilidade”, mas como sinal de que a factualidade dessa “característica” nacional esteve marcada historicamente pela violência racial e de gênero, violências essas que não podem servir de justificação para negar a existência atual da continuidade das violências simbólicas e de reiteração da subalternidade no contemporâneo contra/de negras e negros.

A segunda protagonista de Taís Araújo, Preta de Souza, continua vinculada à ideia recorrente na televisão de que as mulheres negras só se subjetivam ao casarem com um homem branco e rico. Nessas relações, talvez seja possível observar uma vinculação que reitera no atual a imagem de nação que “positivamente” embranquece com os casamentos inter-raciais e o advento dos filhos, etc. A terceira protagonista, por sua vez, a Helena de *Viver a Vida*, como dito, apesar de iniciar a trama rompendo com as narrativas tradicionais relacionadas às mulheres negras, acaba no transcorrer da história sendo “recolocada” nos trilhos das narrativas tradicionais, casa-se com um homem branco, se submete e, por fim, é subalternizada perdendo o protagonismo justamente para as antagonistas que estão constantemente na trama pondo em cheque o lugar de poder angariado pela Helena de Taís Araújo.

Assim, nosso intento foi trazer a tona alguns olhares frente a essas protagonistas negras da televisão brasileira de maneira a demonstrar como, ainda fortemente no contemporâneo, permeando centralmente esses produtos culturais de massa, permanecem latentes na disputa pela imaginação da nação determinados discursos hegemônicos vigentes sobre o caráter nacional, entremeados por relações raciais, o debate sobre miscigenação, as relações de gênero, etc. E, ao mesmo tempo em que esses discursos hegemônicos recortam essas tramas e personagens televisivos, tendem a ser, por fim,



reforçados, revigorados e postos em voga como possivelmente válidos na interpretação nacional.

Mas acreditamos, por fim, que apesar do apoio nada irrisório dado por determinadas narrativas televisivas e meios de comunicação (assim como de setores da intelectualidade de elite brasileira) a alguns discursos hegemônicos, a disputa pela imaginação da nação permanece bastante vívida e em curso, pois há muito mais do que apenas a imaginação da nação em jogo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam & CASTRO, Mary Garcia (Coord.). *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

ALBERTI, Verena & Pereira, Amilcar Araújo (orgs.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

ALMEIDA, Heloisa Buarque. *Telenovela, consumo e gênero: “muito mais coisas”*. Bauru: EDUSC, 2003

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

_____. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo. Ática, 1989.

APPIAH, Antony. *In my father's house: Africa in the philosophy of culture*. Oxford University Press US, 1993

ARAÚJO, Joelzito. *A negação do Brasil*. São Paulo: Senac, 2000.

BAIROS, Luisa. “Nossos feminismos revisitados”. *Estudos feministas*, Volume 3. CIEC, Escola de Comunicação, UFRJ, 1995.

BAIROS, Zelinda dos Santos. “*Casais inter-raciais e suas representações acerca de raça*”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2003), p. 210.

BASTOS, Elide Rugai. “Gilberto Freyre e a Questão Nacional”. In: *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BAUMANN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____. *Nation and Narration*. Londres: Routledge, 1990.

CAVALLEIRO, Eliane (org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CHATTERJEE, Partha, [1947]. “Colonialismo, modernidade e política”. In: CLIFFORD, James.



Diásporas, Cultural Anthropology, Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004.

CORRÊA, Mariza. “Sobre a invenção da mulata”. In: *Cadernos Pagu* (6-7) 1996: pp.35-50

COSTA, Sérgio. “O racismo científico e sua recepção no Brasil”. In: *Dois Atlânticos*, Ed. UFMG, pp. 187-194, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. “A ‘imagem do Brasil’ na obra de Caio Prado Júnior”. In: *Cultura e Sociedade no Brasil*: ensaios sobre ideias e formas. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. “Digressão: a Fábula das Três Raças ou o Problema do Racismo à Brasileira”. *Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social*. 1987.

DURHAM, Eunice. R.; CARDOSO, R. A pesquisa antropológica com populações urbanas, problemas e perspectivas. In: Eunice Ribeiro Durham; Ruth Correa Leite Cardoso. (Org.). *A aventura antropológica*. Teorias e pesquisas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, v., p. 17-37.

EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. *Teoria Cultural de A a Z*: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. São Paulo: Editora Contexto. 2003.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Volume 1. São Paulo: Editora Ática, 1978.

FIGUEIREDO, Fábio B. “*Nacionalismo, etnicidade e literatura africana*”. Manuscrito (tese de doutorado em preparação, Universidade Federal da Bahia), 2008.

FOX, Richard G.(org.) *Nationalist Ideologies and the Production of National Cultures*. American Ethnological Society Monograph Series, no.2 , p 1-14.

FREYRE, GILBERTO. *Casa Grande & Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio, 1983.

FRY, Peter. “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a ‘Política Racial’ no Brasil”. *Revista USP*, n.28 (Dossiê Povo Negro – 300 anos).

GILROY, Paul. *O atlântico negro*: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.

GILLIAM, Angela “Globalização, Identidade e os ataques à igualdade nos Estados Unidos: esboço de uma perspectiva para o Brasil”, in Feldman-Bianco, B e Capinha, G. *Identidades*: Estudos de Cultura e Poder, São Paulo: Hucitec, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. “Intelectuais negros e formas de integração nacional”. *Estud. Avançados*. [online]. 2004, vol.18, n.50, pp. 271-284.



_____. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo, Editora 34, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A.. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 1999, pp. 19-36.

GUPTA, Akhil. "Imagining Nations". In: *A Companion to the Anthropology of Politics*. David Nugent e Joan Vincent (Org). Blackwell Publishing, 2007, pp.267-281.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo: LTC, 1988.

HALL, Stuart. "A Questão Multicultural", In: *Da Diáspora: Identidades, e Mediações culturais*, Editora UFMG, Belo Horizonte 2003.

_____. "As culturas nacionais como comunidades imaginadas". In: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2000, pp. 47-65.

HAMBURGER, Esther. *O Brasil Antenado: a sociedade da novela*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

HANCHARD, Michael. "'Americanos', Brasileiros e a cor da especificidade humana: uma resposta a Peter Fry", *Revista USP*, n.31, 1996, pp.164-175.

IRVINE, Judith T.; GAL, Susan. "Language Ideologies and linguistic differentiation". In: KROSKRITY, Paul (ed.). *Regimes of languages: Ideologies, politics, and identities*. Santa Fé, New Mexico: School of American Research Press, 2000.

JACQUEMET, Marco. "T-offences and metapragmatic attacks: strategies of interactional dominance". *Discourse and Society*, vol. 05, n. 03, p.297-319.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.

MICELI, Sergio. *A noite da madrinha: e outros ensaios sobre o éter nacional*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

MONTEIRO, John. "As raças indígenas no pensamento brasileiro do Império". In Maio, Marcos Chor e Santos, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz 1996.

MUNANGA, Kabengele. "Raça de cultura: uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia". *Cadernos PENESB – Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. n. 5, 2004. pp. 15-23.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*, Petrópolis, Vozes, 1999.

ORTIZ, Renato. "Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do sec. XIX". *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. Ed. Brasiliense, 1985.



- PACHECO, Ana Claudia. “Raça, Gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais Brasileira: um diálogo com o tema”. *Revista Afro-Ásia*. Salvador: EDUFBA, 2006.
- PINHO, Osmundo S. A. “O Efeito do Sexo: Políticas de Raça, Gênero e Miscigenação”. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), Campinas, v. 23, p. 89-120, 2004.
- PRAVAZ, Natasha. “Brazilian Mulatice: Performing Race, Gender, and the Nation”. In: *The Journal of Latin American Anthropology* 8(1):116-147, 2003.
- RAHIER, J. (org) Latin American Ideologies of National Identity. *Journal for Latin American Anthropology*, 8 (1), 2003.
- RIBEIRO, Fernando Rosa “Ideologia nacional, antropologia e a questão racial”. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, 31, 1997: 78-89.
- SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. “Complexo de Zé Carioca: Notas sobre uma identidade mestiça e malandragem”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29. São Paulo: ANPOCS, 1995.
- _____. “Espetáculo da miscigenação” In: *Estudos Avançados* (8) 20, 1994.
- _____. “Uma história de ‘diferenças e desigualdades’: as doutrinas raciais do século XIX”. In: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. “A invenção da Raça e o Poder Discricionário dos Estereótipos”. In: *Anuário Antropológico/93*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- SHERIFF, Robin. *Color, Race and Racism in Brazil*. Rutgers University Press, 2001.
- SILVA, Ana Célia da. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- SKIDMORE, Thomas. “Gilberto Freyre e os Primeiros Tempos da República Brasileira”. In: *O Brasil visto de Fora*. São Paulo: Paz e Terra, 1994: 9-31
- _____. “Criadores de Mitos: os Arquitetos da Identidade Nacional Brasileira”. In: *O Brasil Visto de Fora*. São Paulo: Paz e Terra, 1994: 71-97
- _____. *Preto no Branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SMITH, Carol “The Symbolics of Blood: Mestizaje in the Américas Identities: Global Studies”. *Culture and Power*, 1997 vol. 3. no.4



SOUZA, Raquel Luciana de. “*De Chica a Helena: Representações de gênero, raça e violência simbólica na mídia brasileira*”. Associação Brasileira de pesquisadores(as) e negros(as), http://www.abpn.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=211%3Ade-chica-a-helena-representacoes-de-genero-raca-e-violencia-simbolica-na-midia-brasileira, acesso em 18/01/2010.

SPITULNIK, Debra. “Mediating unity and diversity – the production of language ideologies in Zambian Broadcasting”. In: SCHIEFFEIN, Bambi; WOOLARD, Kathryn; KROSKRITY, Paul (eds.). *Language ideologies: practice and theory*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1998.

SPITZER, Leo. *Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 2001.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TURNER, Victor. *Dramas, Field, and metaphors*. Ithaca: Cornell University Press, 1974.

TROUILLOT, MICHEL-Rolph. *Silencing the past: power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.

Recebido em novembro de 2012

Aprovado em janeiro de 2013